

Cleyson de Moraes Mello

Vice-Diretor da Faculdade de Direito da UERJ

Professor do PPGD da UERJ e UVA

Coordenador do Curso de Direito do UniFAA

Advogado

Membro do Instituto dos Advogados do Brasil – IAB

DIREITOS HUMANOS DA CONSTRUÇÃO HISTÓRICA AOS DIAS ATUAIS

EDITORA

PROCESSO

EDITORA

PROCESSO

Editora Processo

2021

EDITORA PROCESSO

Tels: (21) 3128-5531 / (21) 3889-8181 / (21) 2209-0401

www.editoraprocesso.com.br

www.catalivros.com.br

Distribuição exclusiva da Catalivros Distribuidora Comércio Ltda ME

Copyright© 2021 Cleyson de Moraes Mello

Todos os direitos reservados.

Conselho Editorial

Maria Celina Bodin de Moraes (*Presidente*)

Luiz Edson Fachin

Ana Carolina Brochado Teixeira

Ana Frazão

Antônio Augusto Cançado Trindade

Antônio Celso Alves Pereira

Caitlin Sampaio Mulholland

Carla Adriana Comitre Giberton

Carlos Edison do Rêgo Monteiro Filho

Cleyson de Moraes Mello

Eneas de Oliveira Matos

Eugênio Facchini Neto

Fernando de Almeida Pedroso

Hélio do Vale Pereira

Joyceane Bezerra de Menezes

Marco Aurélio Lagreca Casamasso

Marco Aurélio Peri Guedes

Marcos Ehrhardt Jr.

Maria Cristina De Cicco

Mariana Pinto

Martonio Mont' Alverne Barreto Lima

Mauricio Moreira Menezes

Melhim Namem Chalhub

Ricardo Calderón

Sergio Campinho

Zeno Veloso

Diagramação - Mariana Carvalho

Capa - Alexander Marins

CIP-Brasil. Catalogação-na-fonte
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ.

Mello, Cleyson de Moraes

M346d

Direitos humanos - da construção histórica aos dias atuais / Cleyson de Moraes Mello

Rio de Janeiro: Processo 2021

578p. ; 23cm

ISBN 978658935145-0

1. Direitos humanos. 2. Brasil. I. Título.

CDD 343.810922

Proibida a reprodução (Lei 9.610/98)

Impresso no Brasil

Printed in Brazil

SUMÁRIO

Capítulo 1

OS DIREITOS HUMANOS EM SUA CONTRUÇÃO HISTÓRICA	19
1.1 O Jusnaturalismo Clássico	19
1.2 A Construção da Dignidade da Pessoa Humana	25
1.3 A Liberdade e a Propriedade em Guilherme de Ockham.....	29
1.4 A Escolástica Espanhola e o Direito dos Índios na América do Sul.....	32
1.5 Desdobramentos nos Séculos XVII e XVIII.....	38

Capítulo 2

RELEVÂNCIA DE DOCUMENTOS E FATOS HISTÓRICOS PARA OS DIREITOS HUMANOS	53
2.1 As Declarações das Cortes de Leão	53
2.2 A Magna Carta Inglesa	54
2.3 Outros Documentos.....	56
2.4 Movimentos dos Séculos XVII e XVIII.....	58
2.4.1 <i>Petition of Rights (Petição de Direitos, de 07 de julho de 1628)</i>	58
2.4.2 <i>Toleration Act (Maryland, 1649)</i>	59
2.4.3 <i>Habeas Corpus Act</i>	60
2.4.4 <i>Declaração Inglesa de Direitos (“Bill of Rights”, 1689)</i>	62
2.4.5 <i>Carta Acerca da Tolerância John Locke (1689)</i>	66
2.4.6 <i>Declaração de Direitos do Bom Povo da Virgínia (1776)</i>	69
2.4.7 <i>Declaração de Independência dos Estados Unidos (1776)</i>	72
2.4.8 <i>Constituição dos Estados Unidos da América (1787) e a Declaração dos Direitos (1791)</i>	77
2.4.9 <i>Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão (1789)</i>	81
2.4.10 <i>Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã</i>	89
2.4.11 <i>Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão (1793)</i>	93
2.5 Constituição do Haiti (1801).....	98
2.6 Liberdade dos Antigos e Liberdade dos Modernos (Benjamin Constant, 1819).....	107
2.7 Declaração de Emancipação de Abraham Lincoln (1863).....	108

2.8 Abolição da Escravatura no Brasil (1888)	110
2.9 Comitê Internacional da Cruz Vermelha (1863).....	112
2.10 Convenção da Liga das Nações (1919).....	115
2.11 Organização Internacional do Trabalho – OIT (1919).....	119
2.12 Carta Encíclica do Papa João XXIII - Pacem in Terris (1963)	120
 Capítulo 3	
DO ESTADO LIBERAL AO ESTADO SOCIAL	123
3.1 Introdução	123
3.2 Constitucionalismo Liberal.....	123
3.3 Constitucionalismo Social.....	127
 Capítulo 4	
A ESPIRAL DE DIREITOS HUMANOS.....	131
4.1 Introdução	131
4.2 A Ideia de Gerações de Direitos Humanos	137
4.3 Características dos Direitos Humanos	140
4.4 Gramática dos Direitos Humanos	145
4.5 Direitos Humanos e a Regra Interpretativa Pro Homine.....	146
 Capítulo 5	
SISTEMA INTERNACIONAL DE PROTEÇÃO DE DIREITOS HUMANOS	151
5.1 Introdução	151
5.2 A Internacionalização dos Direitos Humanos e a Humanização do Direito Internacional	152
5.3 Universalismo e Relativismo cultural.....	154
 Capítulo 6	
AS NAÇÕES UNIDAS	163
6.1 Introdução	163
6.2 Carta das Nações Unidas (1945)	164
6.3 Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948).....	170
6.4 Pacto Internacional sobre Direitos Cíveis e Políticos (1966)	182
6.5 Protocolo Facultativo ao Pacto Internacional sobre Direitos Cíveis e Políticos (1966).....	205

6.6 Segundo Protocolo Facultativo ao Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos (1989)	219
6.7 Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (1966)	223
6.8 Protocolo Facultativo ao Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (2008)	240
6.9 Convenção para a Prevenção e a Repressão do Crime de Genocídio (1948)	253
6.10 Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados (1951) e o Protocolo de 1967, Relativo ao Estatuto dos Refugiados	255
6.11 Declaração de Nova York sobre Refugiados e Migrantes (2016)	257
6.12 Pacto Global sobre Refugiados (2018)	259
6.13 Convenção sobre o Estatuto dos Apátridas (1954)	260
6.14 Convenção para a Redução dos Casos de Apatridia (1961)	262
6.15 Convenção Suplementar sobre a Abolição da Escravatura, do Tráfico de Escravos e das Instituições e Práticas Análogas à Escravatura (1956)	262
6.16 Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial (1965)	265
6.17 Discurso de Mandela no Julgamento de Rivônia (1964)	271
6.18 Convenção Internacional sobre a Supressão e Punição do Crime de Apartheid (1973)	273
6.19 Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher CEDAW (1979)	275
6.20 Protocolo Facultativo a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher (1999)	277
6.21 Convenção Contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes e Protocolo Opcional (1984)	278
6.22 Protocolo Facultativo à Convenção Contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes (2002)	279
6.23 Protocolo de Istambul (2003)	280
6.24 Regras Mínimas das Nações Unidas para o Tratamento de Presos Regras Nelson Mandela (2015)	280

6.25 Regras das Nações Unidas para o Tratamento de Mulheres Presas e Medidas Não Privativas de Liberdade para Mulheres Infratoras - Regras de Bangkok (2010).....	281
6.26 Regras Mínimas das Nações Unidas para a Administração da Justiça da Infância e da Juventude - Regras de Beijing (1985)	282
6.27 Diretrizes das Nações Unidas para Prevenção da Delinquência Juvenil Diretrizes de Riad (1990).....	286
6.28 Convenção sobre os Direitos da Criança (1989).....	288
6.29 Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos da Criança sobre a Venda de Crianças, a Prostituição Infantil e a Pornografia Infantil (2000) ..	294
6.30 Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos da Criança sobre o Envolvimento de Crianças em Conflitos Armados (2000)	296
6.31 Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos da Criança Relativo aos Procedimentos de Comunicação (2001)	297
6.32 Declaração e Programa de Ação de Viena (1993)	299
6.33 Protocolo de Prevenção, Supressão e Punição do Tráfico de Pessoas, Especialmente Mulheres e Crianças, Complementar à Convenção das Nações Unidas Contra o Crime Organizado Transnacional (2000).....	302
6.34 Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes (1975).....	306
6.35 Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (2006).....	306
6.36 Protocolo Facultativo da Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (2006)	320
6.37 Tratado de Marraqueche sobre Acesso Facilitado a Obras Publicadas (2013)	321
6.38 Convenção Internacional para a Proteção de Todas as Pessoas Contra o Desaparecimento Forçado (2006)	323
6.39 Convenção Internacional da ONU sobre a Proteção dos Direitos de Todos os Trabalhadores Migrantes e dos Membros das suas Famílias (1990).....	330
6.40 Princípios de Yogyakarta sobre Orientação Sexual (2006)	330
6.41 Princípios de Yogyakarta sobre Orientação Sexual – “YP plus 10”.....	338
6.42 Resolução da ONU sobre Direitos Humanos, Orientação Sexual e Identidade de Gênero (2011).....	340

6.43 Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas (2007).....	340
6.44 Convenção nº 169 da OIT sobre Povos Indígenas e Tribais (1989).....	345
6.45 Transformando o Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável (2015)	348
6.46 Nova Agenda Urbana - ONU-Habitat (2016) Declaração de Quito sobre Cidades e Assentamentos Urbano para Todos	351
6.47 Declaração de Direitos dos Camponeses e outras Pessoas que Trabalham em Áreas Rurais (2018)	356
6.48 Órgãos da ONU.....	359
6.48.1 Conselho de Segurança	360
6.48.2 Conselho de Tutela	360
6.48.3 Secretariado	361
6.48.4 Corte Internacional de Justiça	361
6.48.5 Assembleia Geral.....	361
6.48.6 Conselho Econômico e Social	362

Capítulo 7

O SISTEMA REGIONAL DE PROTEÇÃO EUROPEU	363
7.1 Introdução	363
7.2 Convenção Europeia de Direitos Humanos - CEDH (Convenção de Salvaguarda dos Direitos do Homem e das Liberdades Fundamentais, 1950)	
.....	365
7.2.1 Protocolo Adicional a Convenção Europeia de Direitos Humanos (1952).....	375
7.2.2 Protocolo nº 4 (1963).....	376
7.2.3 Protocolo nº 6 (1983)	377
7.2.4 Protocolo nº 7 (1984)	379
7.2.5 Protocolo nº 11 (1988)	381
7.2.6 Protocolo nº 12 (2000)	382
7.2.7 Protocolo nº 13 (2002)	383
7.2.8 Protocolo nº 16 (2013)	383
7.3 Carta Social Europeia (1961) e Carta Social Europeia Revista (1996)...	386

Capítulo 8

O SISTEMA REGIONAL DE PROTEÇÃO INTERAMERICANO	403
8.1 Introdução	403
8.2 Carta da Organização dos Estados Americanos – OEA (1948)	403
8.3 Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem (1948)	413
8.4 Convenção Americana sobre Direitos Humanos - CADH (1969 - Pacto de San José da Costa Rica)	420
8.4.1 Deveres dos Estados e Direitos Protegidos	420
8.4.2 Comissão Interamericana de Direitos Humanos	434
8.4.3 Corte Interamericana de Direitos Humanos	438
8.4.3.1 Fazenda Brasil Verde	449
8.4.3.2 Nova Brasília	451
8.5 Protocolo Adicional à Convenção Americana sobre Direitos Humanos em Matéria de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais ou “Protocolo de San Salvador” (1988)	453
8.6 Protocolo à Convenção Americana sobre Direitos Humanos referente à Abolição da Pena de Morte (1990)	462
8.7 Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher - “Convenção de Belém do Pará” (1994)	463
8.8 Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Pessoas Portadoras de Deficiência (1999)	466
8.9 Carta Democrática Interamericana – CDI (2001)	469
8.10 Convenção Interamericana Contra o Terrorismo (2002)	475
8.11 Carta Social das Américas (2012)	477
8.12 Convenção Interamericana Contra o Racismo, a Discriminação Racial e Formas Correlatas de Intolerância A68 (2013)	482
8.13 Convenção Interamericana Contra Toda Forma de Discriminação e Intolerância – A69 (2013)	487
8.14 Convenção Interamericana sobre a Proteção dos Direitos Humanos das Pessoas Idosas (2015)	488
8.15 Declaração Americana sobre os Direitos dos Povos Indígenas (2016). 509	
8.16 OEA e a Defensoria Pública como Salvaguarda para Integridade e Liberdade das Pessoas em Situações de Vulnerabilidades	510

Capítulo 9

O SISTEMA REGIONAL DE PROTEÇÃO AFRICANO	515
9.1 Sistema Africano.....	515
9.2 Carta Africana de Direitos Humanos e dos Povos (1981)	516
9.3 Comissão Africana dos Direitos Humanos e dos Povos (1981).....	519
9.4 Carta Africana dos Direitos e Bem-Estar da Criança (1990).....	523
9.5 Protocolo sobre a Criação de um Tribunal Africano dos Direitos Humanos e dos Povos (1998)	526
9.6 Protocolo Relativo aos Estatutos do Tribunal Africano de Justiça e dos Direitos Humanos (2008).....	528
9.7 Protocolo sobre as Alterações ao Protocolo Relativo ao Estatutos do Tribunal Africano de Justiça e dos Direitos Humanos (2014).....	528
9.8 Protocolo à Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos sobre os Direitos das Mulheres em África - Protocolo das Mulheres, Protocolo de Maputo (2003)	529
9.9 Protocolo à Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos Relativo aos Direitos dos Idosos (2016).....	530
9.10 Outros Padrões Relevantes de Direitos Humanos Subseqüentes à Carta	531

Capítulo 10

CLÁUSULA DE ABERTURA DA CONSTITUIÇÃO E A INCORPORAÇÃO DOS TRATADOS INTERNACIONAIS NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO	533
10.1 A Cláusula de Abertura (exegese do seu art. 5º, § 2º, CRFB/88)	533
10.2 A Incorporação dos Tratados Internacionais no Ordenamento Jurídico Brasileiro.....	538
10.3 Incorporação dos Tratados Internacionais pelo Brasil	545
10.4 A Denúncia do Tratado Internacional de Direitos Humanos	549
10.5 O Incidente de Deslocamento de Competência (art. 109, § 5º, da CRFB/88).....	550

Capítulo 11

CONTROLE DE CONVENCIONALIDADE	553
11.1 Tratados Internacionais e Direitos Fundamentais	553
11.2 Controle da Convencionalidade	557

11.3 Controle da Convencionalidade pela Corte Interamericana de Direitos Humanos	560
11.4 Parâmetro do Controle de Convencionalidade pela Corte Interamericana de Direitos Humanos e Efeitos das Decisões Judiciais	565
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	571